

Fis. Nº 41  
Proc. Nº 075  
Rubrica W



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA

**REF. PROC. Nº 075/2021**

**Requerente:** CPL

**Interessado:** Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

**Assunto:** *Contratação Direta. Dispensa – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistema de informação para funcionalidade do Diário Oficial Eletrônico e Sistema de Contracheque Online de servidores, bem como serviços de alimentação e diagrama de matérias decorrente das necessidades desta municipalidade e preparação, tratamento técnico, gestão, codificação e upload de documentos, para o envio ao portal da transparência, diário oficial, site institucional do TCE/MA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra – MA.*

**PARECER JURÍDICO – CPL**

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em ***Relatório, Análise da Demanda, Dispositivo e Encaminhamento.***

✓ **RELATÓRIO:**

Trata-se de processo administrativo desencadeado por Ofício datado de 15/03/2021, emitido pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, solicitando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistema de informação para funcionalidade do Diário Oficial Eletrônico e Sistema de Contracheque Online de servidores, bem como serviços de alimentação e diagrama de matérias decorrente das necessidades desta municipalidade e preparação, tratamento técnico, gestão, codificação e upload de documentos, para o envio ao portal da transparência, diário oficial, site institucional do TCE/MA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Formosa – MA.

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos, além do Ofício supracitado, Termo de Referência; Despacho do Prefeito Municipal de Formosa da Serra Negra – MA, autorizando a solicitação supracitada; Despacho da Secretaria de Administração e Planejamento

Fls. Nº 49  
Proc. Nº 075  
Rubrica W



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

realizando os devidos encaminhamentos; Despacho emitido pelo Departamento de Compras, juntando a Habilitação Jurídico-Fiscal da empresa, bem como relatório sobre disponibilidade de Dotação Orçamentária para viabilidade do pleito, e; Parecer da CPL.

Por último, certifica-se que a Comissão Permanente de Licitação - CPL encaminhou os autos com Portaria que nomeia os membros participantes da comissão, para análise e parecer jurídico de acordo com parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93.

- ✓ **É o breve relatório:**
- ✓ **ANÁLISE DA DEMANDA:**

**1. Considerações Iniciais:**

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública licitar, ressalvados os casos legais em que a lei preveja as situações de dispensa e inexigibilidade, que constituem as hipóteses de contratação direta:

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

A licitação pode ser definida como o meio através do qual a Administração contrata, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, moralidade, impessoalidade, dentre outros, buscando, ainda, a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos):

Fls. Nº 43  
Proc. Nº 075  
Rubrica 10



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

**Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

Celso Antônio Bandeira de Mello definiu a licitação, enfatizando os seus requisitos de competição, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa:

**É um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.<sup>1</sup>**

**2. Da Legislação aplicável à Espécie:**

O procedimento licitatório em epígrafe deve-se aplicar a Lei Federal nº 8.666/93.

**3. Com Licitação ou Licitação Inexigível ou Dispensável?**

Nessa vereda, há de se questionar se deve licitar, dispensar ou exigi-la para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistema de informação para funcionalidade do Diário Oficial Eletrônico e Sistema de Contracheque Online de servidores, bem como serviços de alimentação e diagrama de matérias decorrente das necessidades desta municipalidade e preparação, tratamento técnico, gestão,

<sup>1</sup> BANDEIRA DE MELLO. Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 26ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2009, p. 492.

Fis. Nº 44  
Proc. Nº 075  
Rubrica 10



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

codificação e upload de documentos, para o envio ao portal da transparência, diário oficial, site institucional do TCE/MA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Formosa – MA, portanto, sem que seja necessária a licitação.

Com relação à distinção entre as situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação, basicamente, temos a lição de Lucas Rocha Furtado, para quem:

**A diferença entre as situações de dispensa e de inexigibilidade reside no fato de que, na primeira, haveria a possibilidade de competição entre possíveis interessados, o que torna possível a realização de licitação. Na segunda, na inexigibilidade, ao contrário, não haveria competição, isso porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração: a licitação é, portanto, inviável.<sup>2</sup>**

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei n. 8.666/93.

No caso em tela, existe uma necessidade da Secretaria de Administração e Planejamento para a prestação de serviço de desenvolvimento e manutenção de sistema, tendo em vista sua urgência, importância e o valor, sendo assim possível a contratação pública.

Trata-se de serviço de com respaldo no art. 24, inc. II da lei 8.666/93, que está dentro do rol de hipóteses para a dispensa de licitação, conforme preceitua o art. 24 e o seu inciso II da Lei 8.666, de 1993, que determina:

**Art. 24. É dispensável a licitação**

---

<sup>2</sup> FURTADO. Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 67.

Fis. Nº 45  
Proc. Nº 075  
Rubrica W



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;**

Nesse diapasão, o valor da contratação no presente caso é de **R\$ 42.188,80 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos)**, o que, se aplicada a Lei Federal nº 8.666/93, ensejaria a aplicação do art. 24, II da lei supramencionada.

Dessa forma, resta demonstrado que é possível a administração optar pelo procedimento de licitação previsto no art. 24, II, da Lei 8.666/93..

**4. Da Minuta do Contrato**

Observa-se que a Comissão Permanente de Licitação – CPL juntou Minuta de Contrato. Sobre tal Minuta, tem-se o art. 55 da Lei nº. 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta apresentada pela CPL/PMFSN. Senão vejamos:

**Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:**

- I - o objeto e seus elementos característicos;**
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;**
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;**
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;**
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;**

Fis. Nº 46  
Proc. Nº 075  
Rubrica 10



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

**VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;**

**VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;**

**VIII - os casos de rescisão;**

**IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;**

**X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso [não se aplica ao caso];**

**XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;**

**XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;**

**XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**

**§ 1º (VETADO)**

**§ 1º (Vetado).**

**§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.**

**§ 3º [...].**

Nesse diapasão, observa-se que a Minuta do Contrato em epígrafe contém as cláusulas necessárias para formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidas na Lei Federal.

**5. Considerações Finais**

Há nos autos motivação, Termo de Referência, Pesquisa de mercado, dotação orçamentária, autorização do Prefeito Municipal, estando assim, devidamente instruídos os autos,

Fis. Nº 47  
Proc. Nº 075  
Rubrica W



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

a contratação pode ser viabilizada através da contratação direta, na modalidade dispensa, conforme o disposto na lei de licitação, art. 24, II Lei Federal nº 8.666/93.

*DISPOSITIVO*

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada, entende-se por opinar neste parecer que, é possível autorizar a contratação em conformidade com (art. 24, II da Lei 8.666/93).

- ✓ **É o parecer. Sub Censura:**
- ✓ **ENCAMINHAMENTO:**

Encaminhem-se os autos ao **Ordenador de Despesas** para conhecimento e deliberação.

Formosa as Serra Negra/MA, 24 de março de 2021.

  
**LUSILENE SANTOS REIS**  
*Assessora Jurídica*